GUIA EDUCATIVO INTEGRANDO PRÁTICAS CULTURAIS E CIENTÍFICAS PARA PROMOVER SAÚDE E PREVENIR OBESIDADE ENTRE INDÍGENAS NA AMAZÔNIA

AUTOR

PROF. DR. ZILMAR AUGUSTO DE SOUZA FILHO

AUTORA

GRETRY PREACY VIEIRA DE ANDRADE

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO ENFERMAGEM NO CONTEXTO AMAZÔNICO
Mestrado Profissional
PPGENF

Mestrado Profissional em Enfermagem CAPES-COFEN
Profen

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
IN UNIVERSA SCIENTIA VERITAS

FAPEAM
Fundação de Amparo à Pesquisa
do Estado do Amazonas

GRETRY PREACY VIEIRA DE ANDRADE

GUIA EDUCATIVO INTEGRANDO PRÁTICAS CULTURAIS E CIENTÍFICAS PARA PROMOVER SAÚDE E PREVENIR OBESIDADE ENTRE INDÍGENAS NA AMAZÔNIA

MANAUS
2024

APRESENTAÇÃO

A promoção da saúde e a prevenção da obesidade são fundamentais para melhorar a qualidade de vida das populações indígenas na Amazônia. Este guia para Ações Educativas de Promoção da Saúde e Prevenção da Obesidade entre Indígenas no Contexto Amazônico visa fornecer estratégias educativas respeitando a cultura e tradições locais.

Levando em consideração a problematização de mudanças nos hábitos alimentares e de atividade física entre indígenas afetam o estado nutricional e a saúde.

O principal objetivo é orientar os profissionais da equipe de Enfermagem a promover hábitos saudáveis respeitando a cultura indígena, prevenindo a obesidade e doenças relacionadas, fortalecendo a autonomia e empoderamento das comunidades. Com o impacto do contato com a civilização urbana, consumo de alimentos industrializados, redução da atividade física, e mudanças na culinária tradicional.

Surgiu a ideia de buscar as melhores evidências e propor estratégias educativas para promoção e prevenção da obesidade através de uma ferramenta importante para promover saúde e prevenir obesidade entre indígenas na Amazônia.

O presente estudo contou com recurso financiado pelo Acordo de Cooperação Técnica nº 30/2016 – Acordo CAPES/COFEN – edital nº 08/2021, Processo no. 202119553710P, Projeto intitulado: “Inovação e Tecnologia em Enfermagem para População em Situação de Vulnerabilidade na Amazônia”. do Programa de Mestrado Profissional em Enfermagem da Universidade Federal do Amazonas. A pesquisa foi financiada pelo Governo do Estado do Amazonas, com recursos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas(FAPEAM), por meio do Edital N.013/2022 – PRODUTIVIDADE CY & I.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 6

Levantamento dos hábitos alimentares e atividade física entre a população indígena 6

Identificação das principais barreiras e facilitadores para a adoção de hábitos saudáveis 7

1 – IMPACTO DE INICIATIVAS DE SAÚDE EM COMUNIDADES INDÍGENAS

1. Conscientização e Educação para o Alcance da Promoção da Saúde dos Povos Indígenas na Prevenção da Obesidade 9
2. Melhoria das Condições de Saúde a partir da Avaliação dos Impactos Ambientais e de Saúde dos Povos Indígenas na Prevenção da Obesidade 12
3. Necessidades Culturais e Organizacionais dos Povos Indígenas na Busca de uma Assistência Culturalmente Competente na Prevenção da Obesidade 15
4. Capacitação e Empoderamento dos Profissionais de Saúde para o Desenvolvimento de Habilidades e Atuação Política no Contexto da Saúde Indígena e Prevenção da Obesidade 17

2 – INTEGRAÇÃO DE CONHECIMENTOS TRADICIONAIS E ATUALIZADOS EM PRÁTICAS DE AÇÕES DE SAÚDE

1. Integração entre Enfermeiros e líderes comunitários 21
2. Respeito às particularidades culturais em educação para a prevenção da Obesidade entre Povos Indígenas 24
3. Uso de tecnologia para sustentar práticas tradicionais 27

3 – FORTALECIMENTO CULTURAL E EDUCAÇÃO EM SAÚDE INTEGRADA

1. Diálogo e troca de conhecimentos na Prevenção da Obesidade entre Povos Indígenas 31
2. Oficinas de alimentação saudável e sustentabilidade na Prevenção da Obesidade entre Povos Indígenas 34

4 – DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DE PRÁTICAS INTERCULTURAIS E ESTRUTURAIS

1. Barreiras de comunicação e adaptação cultural na Prevenção da Obesidade entre Povos Indígenas 35
2. Limitações estruturais e políticas na Prevenção da Obesidade entre Povos Indígenas 37

REFERÊNCIAS 39

Guia para Ações Educativas de Promoção da Saúde e Prevenção da Obesidade entre Indígenas no Contexto Amazônico

Introdução

A promoção da saúde e a prevenção da obesidade são fundamentais para melhorar a qualidade de vida das populações indígenas na Amazônia. Este guia visa fornecer estratégias educativas que respeitem a cultura e tradições locais, promovendo hábitos saudáveis.

Levantamento dos hábitos alimentares e atividade física entre a população indígena.

Os hábitos alimentares e de atividade física dos povos indígenas brasileiros têm sofrido mudanças, o que pode afetar o estado nutricional da população (Boaretto et al., 2015).

Embora ainda existam sociedades indígenas que mantêm um modo tradicional de viver, nas quais uma alimentação adequada em quantidade e qualidade provém da caça e da prática de agricultura, a maioria dos índios vem sofrendo um processo de aculturação proveniente do contato com a civilização urbana (Moura; Batista; Moreira, 2010).

Antes do contato com não-índios, para os dois grupos, o milho era a base da alimentação, associado a outros cultivos.

A alimentação dos povos indígenas era baseada em:

- Frutas, como o caju e o açaí
- Legumes, verduras e raízes
- Caça, como porco-do-mato, paca, veado, macaco, javali, capivara, cotia, tatu, gato-do-mato e anta
- Pesca, tartarugas, moluscos e crustáceos
- Agricultura de subsistência

- Coleta de frutas

A culinária indígena é uma herança cultural que se reflete em pratos típicos brasileiros, como o cuscuz, a pamonha, a canjica, a moqueca de peixe, o pirão e o tacacá.

O contato com a urbanização levou essa população a consumir "comida do branco" - alimentos industrializados - e a uma redução da atividade física, pois o que antes era obtido pela caça, pesca e agricultura de subsistência - plantava-se milho, mandioca, banana, amendoim, cana, batata-doce, abacaxi e coletava-se mel - passou a ser adquirido pelo trabalho remunerado nos centros urbanos ou na produção e venda de artesanatos (Moura; Batista; Moreira, 2010).

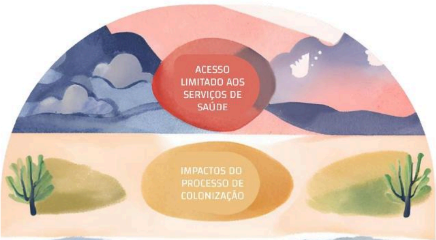
Um exemplo dessa transição cultural foi observado nos Xavante de Mato Grosso, com a queda no consumo de alimentos cultivados e um aumento dos industrializados.

A população indígena também herdou hábitos como: andar descalço, dormir em redes. No entanto, mudanças nos hábitos alimentares e na ausência de atividade física podem aumentar a incidência de doenças crônicas não-transmissíveis na população indígena.

Identificação das principais barreiras e facilitadores para a adoção de hábitos saudáveis.

A adoção de hábitos saudáveis pelos povos indígenas é um tema complexo e multifatorial, que envolve tanto barreiras estruturais quanto facilitadores culturais e institucionais. As condições de vida, o acesso aos serviços de saúde, a preservação da cultura e o impacto das políticas públicas são fatores que afetam a capacidade dos povos indígenas de implementar e manter práticas de saúde que promovam o bem-estar.

A seguir, discutimos as principais barreiras e facilitadores para a adoção de hábitos saudáveis entre esses povos.


ACESSO LIMITADO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE
IMPACTOS DO PROCESSO DE COLONIZAÇÃO

DESTRUIÇÃO DE TERRITÓRIOS TRADICIONAIS
MUDANÇAS NOS PADRÕES ALIMENTARES

Barreiras

1. Acesso limitado aos serviços de saúde: uma das maiores barreiras é o acesso restrito a serviços de saúde adequados e culturalmente sensíveis. Muitos povos indígenas vivem em áreas remotas e de difícil acesso, o que limita a disponibilidade de serviços de saúde preventiva e de promoção de hábitos saudáveis. Além disso, há falta de infraestrutura e profissionais de saúde capacitados para atender essas comunidades de forma adequada (Garnelo, 2019). A precariedade das condições de transporte e comunicação nas regiões mais isoladas agrava essa situação, tornando mais difícil a continuidade do acompanhamento de saúde e o acesso regular a medicamentos e orientações.

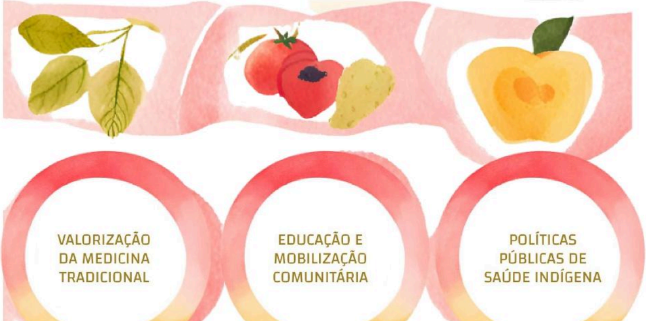
2. Impactos do Processo de Colonização e Destruição de Territórios Tradicionais: o processo histórico de colonização, somado à pressão sobre os territórios indígenas devido a atividades econômicas como desmatamento, mineração e agropecuária, tem alterado o estilo de vida dessas populações. A gestão ambiental afeta a disponibilidade de recursos naturais essenciais para a alimentação tradicional e a vida saudável, forçando muitos indígenas a adotarem dietas ocidentais e menos nutritivas, além de reduzir o acesso a práticas culturais ligadas à saúde, como o uso de plantas medicinais (Oliveira et al., 2020). Esse contexto também leva ao aumento do consumo de alimentos industrializados e ultraprocessados, que têm contribuído para o aumento de doenças crônicas, como obesidade e diabetes.

3. Mudanças nos Padrões Alimentares e de Atividade Física: a urbanização e a inserção dos indígenas em contextos urbanos ou rurais provocaram mudanças significativas nos padrões alimentares e de atividade física. Muitas comunidades adotaram uma dieta mais rica em açúcar, sal e gorduras, e a vida sedentária tem se tornado mais comum, especialmente entre as populações indígenas que migram para áreas urbanas em busca de melhores condições de vida (Malta et al., 2017). Essa transição nutricional, associada à falta de infraestrutura para a prática de atividades físicas, tem contribuído para o aumento de doenças não transmissíveis nessas localidades (Oliveira, Aquino, Monteiro, 2012).

Facilitadores

1. Valorização da Medicina Tradicional e dos Conhecimentos Ancestrais: um dos principais facilitadores para a adoção de hábitos saudáveis é a valorização dos conhecimentos tradicionais indígenas sobre saúde e bem-estar. Muitos povos indígenas possuem práticas próprias de cuidado à saúde, que envolvem o uso de plantas medicinais, rituais espirituais e uma dieta baseada em alimentos naturais e não processados (Langdon; Garnelo, 2015). Integrar essas práticas aos serviços de saúde convencionais, promovendo o diálogo intercultural, tem se mostrado uma estratégia eficaz para a promoção da saúde em comunidades indígenas.

2. Políticas Públicas de Saúde Indígena: a criação de políticas públicas voltadas especificamente para a saúde indígena, como o **Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SASI)**, parte do Sistema Único de Saúde (SUS), é um importante facilitador. Essas políticas têm o objetivo de garantir o atendimento diferenciado e integral aos povos indígenas, respeitando suas tradições e práticas culturais. A presença de agentes de saúde indígenas nas comunidades também tem sido um fator facilitador, pois eles atuam como mediadores culturais, promovendo práticas de autocuidado e hábitos saudáveis (Cardoso; Garnelo, 2021).


VALORIZAÇÃO DA MEDICINA TRADICIONAL
EDUCAÇÃO E MOBILIZAÇÃO COMUNITÁRIA
POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE INDÍGENA

FORTALECIMENTO
DA SOBERANIA
ALIMENTAR

3. Educação e Mobilização Comunitária: a educação em saúde, realizada de forma participativa e que envolve líderes comunitários e agentes de saúde indígenas, tem se mostrado eficaz na promoção de hábitos saudáveis. Programas de educação nutricional, práticas de higiene e prevenção de doenças, quando adaptados ao contexto cultural e linguístico das populações indígenas, aumentam a adesão e a eficácia dessas ações (Santos; Coimbra Jr., 2019). Além disso, a mobilização das próprias comunidades em torno da saúde e da revitalização de práticas culturais saudáveis contribui para a resiliência diante das mudanças externas.

4. Fortalecimento da Soberania Alimentar: o fortalecimento da soberania alimentar, com a promoção da agricultura tradicional e do uso sustentável dos recursos naturais, é um facilitador importante para a adoção de hábitos saudáveis. Incentivar a produção e o consumo de alimentos locais, respeitando as tradições alimentares, promove uma dieta balanceada e rica em nutrientes, além de fortalecer a identidade cultural indígena (Carneiro et al., 2020).

Conscientização e Educação para o Alcance da Promoção da Saúde dos Povos Indígenas na Prevenção da Obesidade

A promoção da saúde entre os povos indígenas exige estratégias culturalmente adequadas, que respeitem seus modos de vida, valores e tradições. A conscientização e a educação em saúde são ferramentas essenciais para prevenir doenças como a obesidade, que vem se tornando uma preocupação crescente entre essas populações devido à transição alimentar e ao impacto de hábitos de vida urbanos (Coimbra; Santos; Escobar, 2003).

A obesidade, reconhecida como um problema global de saúde pública, apresenta-se de forma peculiar entre os povos indígenas. Isso se deve, em parte, à substituição de uma dieta tradicional rica em alimentos naturais, como frutas, raízes e peixes, por produtos industrializados e ultraprocessados, muitas vezes acessíveis através de programas de assistência. Essa mudança alimentar, combinada com a diminuição das práticas tradicionais de atividade física, como caça e coleta, contribui para o aumento dos índices de obesidade e doenças crônicas, como diabetes e hipertensão, nas comunidades indígenas (Coimbra; Santos; Escobar, 2003).

Para enfrentar esse cenário, é fundamental que os enfermeiros atuem de maneira integrada com as equipes de saúde indígena, promovendo ações de educação em saúde que levem em consideração o contexto social, cultural e econômico dessas comunidades. A conscientização deve partir do respeito às tradições e do envolvimento direto das lideranças indígenas, buscando estratégias que valorizem

A obesidade entre os povos indígenas está diretamente relacionada a questões estruturais, como a perda de acesso a territórios tradicionais, a urbanização e a introdução de alimentos ultraprocessados nas comunidades. Por isso, os profissionais de saúde devem estar capacitados para participar ativamente em conselhos de saúde, fóruns de políticas públicas e instâncias de controle social, a fim de defender a implementação de ações que promovam a segurança alimentar, o acesso a alimentos saudáveis e a preservação dos modos de vida tradicionais (Oliveira, Aquino, Monteiro, 2012).

A formação em políticas públicas é uma estratégia essencial para que os profissionais de saúde possam atuar politicamente. Cursos e treinamentos sobre os direitos dos povos indígenas, legislação sobre saúde e políticas de alimentação e nutrição são ferramentas importantes para capacitar esses profissionais a participarem de discussões políticas e a contribuírem na formulação de políticas públicas que combatam a obesidade de maneira eficaz e respeitosa às especificidades culturais.

- **3. Desenvolvimento de Habilidades de Liderança e Gestão em Saúde**

Os profissionais de saúde também precisam estar preparados para assumir papéis de liderança dentro de suas equipes e nas comunidades onde atuam. A liderança é essencial para coordenar ações intersetoriais, que envolvam não apenas o setor da saúde, mas também áreas como a educação, a agricultura e a assistência social, fundamentais para a prevenção da obesidade.

Enfermeiros e outros profissionais de saúde devem desenvolver habilidades de gestão para organizar projetos comunitários, ações de promoção da saúde e programas de prevenção de doenças. Essas habilidades são cruciais para garantir que as intervenções de saúde sejam sustentáveis e integradas ao contexto social e cultural dos povos indígenas. A gestão participativa, que envolve lideranças indígenas e membros da comunidade no planejamento e na implementação das ações, é uma abordagem recomendada para garantir o sucesso das iniciativas de saúde.

- **4. Formação Contínua e Intercâmbio de Conhecimentos**

O processo de capacitação e empoderamento dos profissionais de saúde que atuam com povos indígenas deve ser contínuo. Programas de educação continuada, que permitam a troca de experiências entre profissionais que atuam em diferentes contextos indígenas, são uma forma eficaz de promover a melhoria das práticas de saúde.

Além disso, o intercâmbio de conhecimentos entre profissionais da saúde e as comunidades indígenas é fundamental para que o cuidado seja construído de maneira colaborativa. Os saberes tradicionais sobre saúde, alimentação e práticas de cura devem ser reconhecidos e valorizados pelos profissionais de saúde, que podem integrar esses conhecimentos às suas práticas, promovendo uma abordagem holística e culturalmente respeitosa no tratamento e na prevenção da obesidade.

- **5. Capacitação para o Trabalho Interdisciplinar e Intercultural**

A prevenção da obesidade nas comunidades indígenas exige uma abordagem interdisciplinar e intercultural. Enfermeiros, nutricionistas, médicos, educadores físicos e outros profissionais de saúde precisam trabalhar em conjunto, articulando diferentes áreas de conhecimento para oferecer um cuidado integral e culturalmente adequado.

A capacitação para o trabalho em equipe interdisciplinar deve incluir treinamentos sobre comunicação intercultural, respeito às tradições locais e adaptação das orientações de saúde ao contexto indígena. Profissionais capacitados para lidar com a diversidade cultural e para trabalhar de forma colaborativa são mais capazes de construir relações de confiança com as comunidades e desenvolver intervenções de saúde mais eficazes e sustentáveis.

Capacitar e empoderar os profissionais de saúde para atuar junto às comunidades indígenas na prevenção da obesidade é um passo essencial para promover um cuidado integral e respeitoso, que considere as especificidades culturais e sociais desses povos (Freitas et al., 2021). A formação técnica, a capacitação cultural e a habilidade para atuar politicamente são fundamentais para que os profissionais possam desempenhar seu papel de defensores da saúde e dos direitos indígenas. Ao se tornarem agentes de transformação, os profissionais de saúde podem contribuir de maneira significativa para a melhoria das condições de saúde e a prevenção da obesidade entre os povos indígenas (Langdon; Diehl, 2007).

Integração entre Enfermeiros e Líderes Comunitários na Prevenção da Obesidade entre Povos Indígenas

A integração entre enfermeiros e líderes comunitários é fundamental para o sucesso das ações de prevenção da obesidade nas comunidades indígenas. Os líderes comunitários, como caciques, pajés e conselhos locais, desempenham papéis centrais na organização social, na tomada de decisões e na condução de práticas tradicionais de saúde. A colaboração entre esses líderes e os profissionais de saúde, especialmente os enfermeiros, permite que as ações de saúde sejam adaptadas às especificidades culturais e territoriais, promovendo um cuidado mais eficaz, respeitoso e participativo (Langdon; Garnelo, 2012).

A obesidade entre os povos indígenas tem sido um problema crescente devido a fatores como a mudança nos hábitos alimentares, a introdução de alimentos ultraprocessados e a diminuição das atividades físicas tradicionais, como a agricultura e a caça. Para combater esse problema, é essencial que as ações de prevenção sejam conduzidas de forma colaborativa, respeitando os conhecimentos tradicionais e as formas de organização social das comunidades. Os enfermeiros, ao lado dos líderes comunitários, podem desempenhar um papel chave na promoção da saúde e na implementação de práticas que previnam a obesidade de maneira culturalmente sensível (Garnelo; Wright, 2001).

- **1. Respeito e Valorização dos Saberes Tradicionais**

Os líderes comunitários possuem profundo conhecimento sobre a cultura, a organização social e as práticas tradicionais de saúde das comunidades indígenas. Ao integrar-se com esses líderes, os enfermeiros podem obter uma compreensão mais ampla das necessidades e das preferências da comunidade, o que é essencial para o planejamento e a execução de estratégias de prevenção da obesidade. O diálogo com os líderes comunitários permite que os profissionais de saúde identifiquem as práticas alimentares tradicionais que devem ser valorizadas e preservadas, bem como as possíveis influências externas que estejam contribuindo para o aumento da obesidade.

Essa parceria também facilita a inclusão de práticas culturais nas ações de promoção da saúde. Por exemplo, a realização de oficinas de culinária tradicional pode ser uma forma eficaz de incentivar a adoção de hábitos alimentares saudáveis, promovendo o resgate de receitas e ingredientes locais. Os líderes comunitários, como guardiões dessas tradições, podem colaborar ativamente com os enfermeiros na organização e na condução dessas atividades (Castro; Fisher, 2006)

- **2. Comunicação Efetiva e Colaborativa**

A comunicação entre enfermeiros e líderes comunitários deve ser baseada no saúde sejam bem-sucedidas, é essencial que os profissionais de saúde utilizem uma linguagem acessível e respeitem as formas de comunicação próprias de cada comunidade. Muitos povos indígenas têm uma forma específica de se comunicar, com forte uso da oralidade e valorização das histórias e dos conhecimentos passados de geração em geração (Faustino et al., 2007).

Os líderes comunitários atuam como pontes entre a equipe de saúde e os membros da comunidade, facilitando o entendimento das recomendações de saúde e ajudando a traduzir essas orientações para o cotidiano da população. Ao envolver os líderes no processo de comunicação, os enfermeiros garantem que as mensagens sobre prevenção da obesidade, como a importância de uma alimentação balanceada e a prática de atividades físicas, sejam transmitidas de forma clara e culturalmente adequada.

- **3. Planejamento Conjunto das Ações de Saúde**

O planejamento conjunto entre enfermeiros e líderes comunitários é um dos pilares para garantir que as intervenções de saúde sejam bem-sucedidas e aceitas pela comunidade. Os enfermeiros devem envolver os líderes em todas as etapas do planejamento das ações de prevenção da obesidade, desde a identificação das principais necessidades da comunidade até a definição das estratégias e a avaliação dos resultados.

Essa abordagem participativa fortalece o sentimento de pertencimento e responsabilidade da comunidade em relação às ações de saúde, aumentando as chances de adesão às intervenções. Os líderes comunitários podem sugerir formas de adaptar as ações à realidade local, garantindo que elas sejam viáveis e alinhadas às tradições e à cultura indígena. Por exemplo, ao planejar campanhas educativas sobre alimentação saudável, os enfermeiros podem contar com os líderes para identificar os horários e locais mais apropriados para realizar as atividades, além de ajudar a mobilizar a população. A inclusão dos líderes comunitários no planejamento também facilita a resolução de possíveis resistências às intervenções, já que eles têm grande influência e respeito dentro da comunidade (Coimbra Jr; Santos; Escobar, 2003).

- **4. Promoção de Atividades Culturais e Comunitárias**

A integração entre enfermeiros e líderes comunitários também pode resultar na promoção de atividades comunitárias que envolvam toda a população na prevenção da obesidade. Eventos como festivais culturais, celebrações tradicionais e atividades coletivas podem ser oportunidades para a promoção da saúde, ao mesmo tempo em que valorizam a cultura local.

Essas atividades, organizadas em parceria entre os enfermeiros e os líderes, podem incluir práticas de saúde integradas às tradições culturais, como danças, jogos tradicionais e mutirões de plantio de alimentos nativos. A promoção da saúde, inserida no contexto das atividades culturais, torna-se mais aceitável e relevante para a comunidade, facilitando a adoção de hábitos saudáveis.

- **5. Capacitação de Líderes Comunitários para Atuação na Saúde**

Outra importante estratégia para fortalecer a integração entre enfermeiros e líderes comunitários é a capacitação desses líderes para que possam atuar como promotores de saúde dentro de suas comunidades. Os enfermeiros podem oferecer formações e treinamentos que capacitem os líderes para disseminar informações sobre a prevenção da obesidade e outros temas de saúde, tornando-os agentes multiplicadores.

Essa capacitação pode incluir conhecimentos básicos sobre nutrição, atividade física, cuidados preventivos e estratégias de promoção de hábitos saudáveis. Os

líderes comunitários, ao serem capacitados, ganham ainda mais autonomia para conduzir ações de saúde em suas comunidades, ampliando o alcance das intervenções e garantindo que as mensagens de prevenção cheguem a todos os membros da comunidade (Langdon; Diehl, 2007).

A integração entre enfermeiros e líderes comunitários é essencial para a promoção da saúde e para a prevenção da obesidade entre os povos indígenas. Ao valorizar os conhecimentos tradicionais, promover uma comunicação efetiva, planejar ações conjuntas e capacitar os líderes comunitários, os enfermeiros fortalecem a parceria com a comunidade, garantindo que as intervenções de saúde sejam culturalmente adequadas e eficazes. Essa colaboração é fundamental para que as ações de prevenção da obesidade tenham sucesso a longo prazo e respeitem as especificidades culturais e sociais dos povos indígenas (Langdon; Garnelo, 2012).

Respeito às Particularidades Culturais em Educação para a Prevenção da Obesidade entre Povos Indígenas

O respeito às particularidades culturais é uma premissa fundamental para a realização de ações de educação em saúde direcionadas aos povos indígenas. Cada grupo indígena possui uma relação específica com o corpo, a saúde, a alimentação e os padrões de beleza, que são moldados por sua cultura, tradições e cosmovisões. Portanto, para que as ações de prevenção da obesidade sejam eficazes, é crucial que os enfermeiros compreendam essas particularidades e adaptem suas práticas educativas, promovendo um diálogo respeitoso e intercultural (Garnelo, 2005).

A obesidade entre os povos indígenas é um problema de saúde pública em ascensão, principalmente em decorrência da transição alimentar — marcada pela substituição de alimentos tradicionais por alimentos industrializados e ultraprocessados — e das transformações no estilo de vida, como a redução das atividades físicas tradicionais. Contudo, qualquer estratégia para combater a obesidade precisa ser sensível às questões culturais e construída de forma colaborativa com as comunidades. O papel dos enfermeiros na promoção da saúde, nesse contexto, vai além da educação em saúde convencional, uma vez que exige uma postura de mediador cultural, que respeite as crenças e os valores das comunidades indígenas (Coimbra Jr; Santos; Escobar, 2003).

Compreensão e Valorização dos Saberes Tradicionais

A alimentação, em muitas culturas indígenas, não é apenas uma questão de nutrição física, mas está profundamente ligada à espiritualidade, aos ciclos da natureza e à organização social. Para algumas etnias, certos alimentos possuem significado ritual ou sagrado, e práticas alimentares tradicionais são passadas de

geração em geração. Assim, ao abordar a questão da alimentação saudável e da prevenção da obesidade, é importante que os enfermeiros reconheçam o valor desses saberes tradicionais e evitem impor práticas nutricionais ocidentais sem considerar o contexto cultural. Como exemplo tem-se a introdução de orientações sobre alimentação saudável, a qual deve buscar integrar o conhecimento técnico à valorização dos alimentos nativos e das práticas alimentares tradicionais, promovendo o uso de alimentos locais e resgatando modos de preparo que fazem parte da identidade cultural das comunidades. Essa abordagem não apenas respeita a cultura indígena, mas também fortalece a autoestima e o empoderamento comunitário.

o conhecimento ancestral e que sejam compreensíveis e relevantes para a comunidade (Garnelo; Pontes, 2012).

Entre as principais ações de educação em saúde, destacam-se:

Valorização dos Alimentos Tradicionais: incentivar o retorno e a manutenção dos hábitos alimentares tradicionais, que são naturalmente ricos em nutrientes e equilibrados, pode ser uma estratégia eficaz. A promoção de hortas comunitárias e a pesca sustentável, por exemplo, são formas de estimular a autonomia alimentar e a preservação das práticas culturais.

Educação Alimentar e Nutricional: realizar oficinas e palestras que expliquem os riscos dos alimentos ultraprocessados e as vantagens de uma alimentação balanceada. No entanto, essas atividades devem ser conduzidas de maneira participativa, com tradução para os idiomas indígenas, quando necessário, e com a inclusão dos saberes locais sobre plantas e alimentos (Neves, 2010).

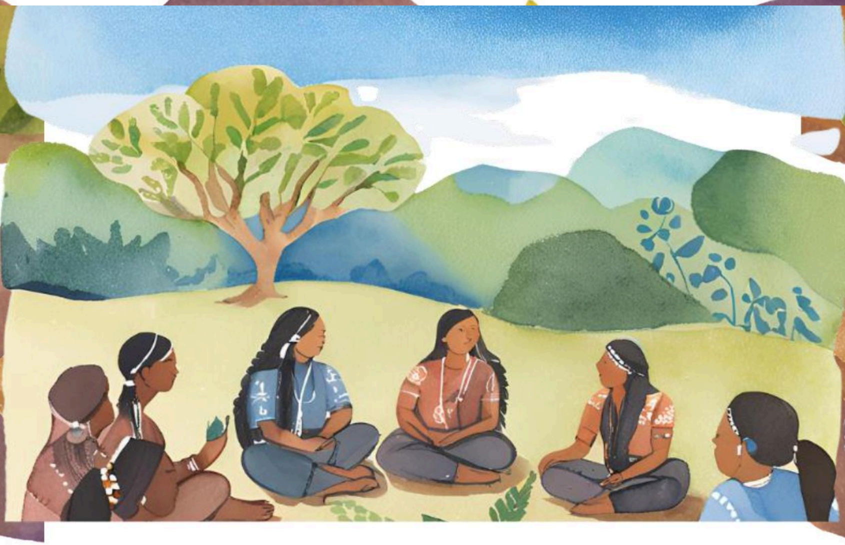
Atividades Físicas Tradicionais: resgatar e incentivar as atividades físicas vinculadas à cultura indígena, como as danças tradicionais, caças, pescas e práticas agrícolas, é uma forma eficaz de combater o sedentarismo e suas consequências para a saúde.

Apoio à Saúde Mental: considerando que a saúde indígena é entendida de forma holística, é necessário que as ações de educação também considerem o impacto do bem-estar emocional na adoção de hábitos saudáveis. O fortalecimento da identidade cultural e o apoio às práticas de cura tradicionais podem ser fatores protetivos no combate ao estresse e à ansiedade, que muitas vezes estão ligados ao aumento de peso.

Envolvimento das Lideranças e da Comunidade: para garantir o sucesso das ações de prevenção e conscientização, é essencial o envolvimento das lideranças indígenas no planejamento e na execução das atividades. Eles são os mediadores naturais entre as equipes de saúde e da população, garantindo que as mensagens sejam bem compreendidas e respeitadas.A educação em saúde para a prevenção da obesidade deve ser contínua e integrada ao cotidiano das comunidades indígenas, respeitando suas particularidades e promovendo a saúde de maneira participativa e inclusiva. Apenas através de uma abordagem culturalmente sensível será possível alcançar resultados significativos para a prevenção e para o controle da obesidade entre os povos indígenas (Malta; Silva Jr, 2014).

A saúde dos povos indígenas está diretamente ligada ao ambiente em que vivem, e a preservação de seus territórios é fundamental para manter a qualidade de vida dessas comunidades. O modo de vida tradicional indígena, historicamente caracterizado pela harmonia com a natureza, tem sido comprometido por diversas pressões externas, como a exploração de recursos naturais, desmatamento, mineração e mudanças climáticas. Esses fatores ambientais impactam a saúde dos povos indígenas, contribuindo para o surgimento de doenças, como a obesidade, que até recentemente era incomum nessas populações (Garnelo; Pontes, 2012).

A avaliação dos impactos ambientais sobre a saúde indígena é um passo essencial para implementar ações preventivas, especialmente no que se refere ao controle da obesidade e de doenças crônicas relacionadas ao estilo de vida. A destruição dos habitats naturais compromete o acesso a alimentos saudáveis e tradicionais, forçando muitas comunidades indígenas a dependerem de produtos industrializados, ricos em gorduras, açúcares e sódio. Essa transição alimentar aumenta significativamente o risco de obesidade e doenças associadas, como diabetes tipo 2 e hipertensão (Horta et al., 2013).



A seguir, destacam-se as principais estratégias para melhorar as condições de saúde dos povos indígenas a partir da avaliação dos impactos ambientais:

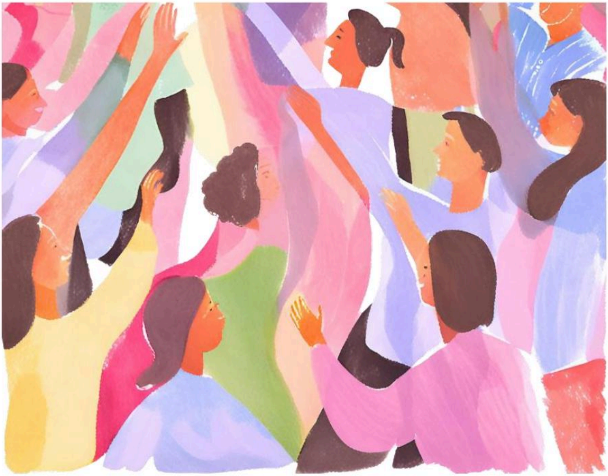
1. **Monitoramento dos Impactos Ambientais**: é fundamental que os enfermeiros, em parceria com outros profissionais de saúde e lideranças indígenas, participem ativamente do monitoramento dos impactos ambientais sobre as condições de vida e saúde nas comunidades. O desmatamento, a poluição das águas e o uso de agrotóxicos nas proximidades das terras indígenas são fatores que afetam diretamente a disponibilidade de alimentos tradicionais e a segurança alimentar dessas populações.

2. **Promoção da Segurança Alimentar:** a perda de territórios e a degradação ambiental prejudicam o acesso dos povos indígenas aos alimentos naturais, como frutas, raízes, castanhas, peixes e caça, que são parte fundamental de sua dieta tradicional. Encorajar a preservação ambiental e o manejo sustentável dos recursos naturais é uma forma de assegurar que essas comunidades continuem a ter acesso a alimentos nutritivos e adequados às suas necessidades culturais e biológicas. A segurança alimentar deve ser vista como um direito fundamental, diretamente relacionado à prevenção da obesidade.

3. **Educação Ambiental e Nutricional**: as ações de conscientização sobre os impactos da degradação ambiental precisam ser associadas à educação nutricional. Os enfermeiros desempenham um papel importante ao educar as comunidades sobre a importância de manter uma alimentação baseada em produtos naturais e da terra, ao mesmo tempo em que orientam sobre os riscos do consumo de alimentos processados. Em um contexto transição alimentar, é essencial que essa educação seja feita de maneira culturalmente sensível, respeitando os saberes e as tradições locais (Cordeiro, Barra, Silva, 2020).
4. **Atividades Físicas:** o impacto ambiental também afeta os níveis de atividade física dos povos indígenas, que tradicionalmente eram elevados devido às práticas de caça, coleta e agricultura. A destruição de seus territórios ou a urbanização de suas áreas de convivência restringe essas atividades, contribuindo para o aumento do sedentarismo. Incentivar o resgate dessas práticas tradicionais e promover atividades que envolvam a interação com a natureza, como caminhadas nas florestas, pode ser uma maneira eficaz de promover a saúde e prevenir a obesidade.
5. **Integração de Políticas de Saúde e Meio Ambiente:** as políticas de saúde voltadas para os povos indígenas precisam estar alinhadas com as políticas ambientais. Isso requer um esforço conjunto entre governos, organizações indígenas e profissionais de saúde para garantir que as práticas predatórias e os projetos de desenvolvimento que ameaçam os territórios indígenas sejam mitigados, assegurando, assim, a sustentabilidade dos ecossistemas e a saúde das populações que deles dependem.

6. Participação Comunitária: as ações de avaliação e mitigação dos impactos ambientais sobre a saúde devem ser conduzidas de forma participativa, envolvendo diretamente as lideranças indígenas e os membros da comunidade. A valorização dos conhecimentos tradicionais sobre o manejo sustentável dos recursos naturais e a preservação do meio ambiente é crucial para o sucesso dessas iniciativas. Os enfermeiros podem atuar como facilitadores nesse processo, promovendo o diálogo entre os saberes tradicionais e as práticas da saúde moderna.

O impacto ambiental sobre a saúde indígena é um aspecto que não pode ser ignorado quando se fala em prevenção da obesidade. A degradação ambiental e a perda de territórios tradicionais aumentam a vulnerabilidade dessas populações a doenças relacionadas ao estilo de vida moderno, como a obesidade. Dessa forma, a promoção da saúde dos povos indígenas passa, inevitavelmente, pela preservação de seus territórios e pela implementação de estratégias que valorizem suas tradições alimentares e seus modos de vida (Melo; Sá, 2020).



Necessidades Culturais e Organizacionais dos Povos Indígenas na Busca de uma Assistência Culturalmente Competente na Prevenção da Obesidade

A promoção da saúde entre os povos indígenas, especialmente no contexto da prevenção da obesidade, requer uma abordagem que respeite profundamente suas necessidades culturais e organizacionais (Castro; Fisher, 2006). Para que a assistência à saúde seja efetiva, é fundamental que ela seja culturalmente competente, ou seja, capaz de compreender, respeitar e integrar os valores, crenças e práticas tradicionais indígenas ao cuidado em saúde. Isso inclui não apenas o respeito à diversidade cultural, mas também a adaptação dos serviços de saúde para que atendam às especificidades das comunidades indígenas (Garnelo; Wright, 2001

A prevenção da obesidade entre os povos indígenas é um desafio complexo, pois envolve mudanças de hábitos alimentares e de estilo de vida, ao mesmo tempo em que deve preservar as tradições e o modo de vida dessas populações (Coimbra; Santos; Escobar, 2003). Para que os enfermeiros possam prestar uma assistência culturalmente competente, é essencial entender as principais necessidades culturais e organizacionais dos povos indígenas:

1. **Respeito às Tradições e Práticas de Cura:** uitos povos indígenas possuem sistemas de saúde próprios, baseados em práticas ancestrais, como o uso de plantas medicinais, rituais espirituais e a atuação de pajés ou curandeiros. Essas práticas são centrais para a visão de saúde e bem-estar dessas populações. Enfermeiros que trabalham com comunidades indígenas devem reconhecer a legitimidade desses saberes e, sempre que possível, buscar a integração das práticas tradicionais com as estratégias de saúde ocidentais. Para a prevenção da obesidade, por exemplo, é possível combinar a educação nutricional com o uso de plantas locais, valorizando o conhecimento indígena sobre alimentos nativos.
2. **Idioma e Comunicação:** a barreira linguística é um dos maiores obstáculos para uma assistência culturalmente competente. Muitas comunidades indígenas falam línguas próprias e podem não ter domínio completo do português. O uso de intérpretes ou de profissionais de saúde bilíngues, bem como a produção de materiais educativos na língua nativa, é fundamental para garantir que as informações sobre prevenção da obesidade sejam compreendidas e aceitas. Além disso, a comunicação deve ser respeitosa e considerar os contextos sociais e culturais, utilizando formas de diálogo que valorizem a oralidade e a troca de experiências.
3. **Organização Social e Lideranças Comunitárias:** em muitas comunidades indígenas, as decisões sobre saúde e outros aspectos da vida comunitária são tomadas de forma coletiva, com a participação de lideranças locais. Para que as ações de prevenção da obesidade sejam bem-sucedidas, é crucial envolver essas lideranças desde o início. Elas atuam como mediadoras entre a equipe de saúde e a comunidade, ajudando a adaptar as intervenções às realidades locais e a garantir que as informações cheguem a todos os membros da comunidade de maneira adequada.
4. **Adequação das Práticas Alimentares:** a alimentação indígena tradicional é baseada em recursos naturais, como peixes, frutas, raízes, castanhas e carnes de caça. A transição para uma dieta ocidentalizada, com a introdução de alimentos ultraprocessados, tem contribuído para o aumento da obesidade em várias comunidades indígenas. Uma abordagem culturalmente competente deve promover a valorização da alimentação tradicional, incentivando a manutenção e o resgate dos hábitos alimentares ancestrais como forma de prevenção da obesidade. Isso inclui, por exemplo, a promoção de hortas comunitárias e a pesca sustentável, ações que fortalecem a autonomia alimentar e a saúde da comunidade.

5. **Autonomia e Participação Ativa:** a autonomia das comunidades indígenas deve ser respeitada em qualquer intervenção de saúde. Os enfermeiros e demais profissionais devem atuar como facilitadores, apoiando os indígenas na construção de soluções que façam sentido para eles e que respeitem sua organização social. A prevenção da obesidade deve ser discutida e planejada em conjunto com a comunidade, garantindo que as ações reflitam suas necessidades e perspectivas.
6. **Educação em Saúde Culturalmente Adaptada:** a educação em saúde voltada para a prevenção da obesidade deve ser construída de forma participativa e sensível às práticas culturais indígenas. Oficinas, rodas de conversa e atividades práticas que envolvam toda a comunidade são formas eficazes de transmissão de conhecimento, respeitando as formas tradicionais de aprendizagem (Landgraf et al., 2020). Além disso, as estratégias de prevenção devem considerar os aspectos espirituais e simbólicos que os povos indígenas atribuem à alimentação e ao corpo, reconhecendo que a saúde é vista de maneira integrada, envolvendo o corpo, a mente, o espírito e o meio ambiente (Neves, 2010).
7. **Espaço Físico e Acesso aos Serviços de Saúde:** as comunidades indígenas muitas vezes estão localizadas em áreas remotas, com acesso limitado a serviços de saúde. A logística para atendimento dessas populações deve ser cuidadosamente planejada, garantindo que as equipes de saúde estejam preparadas para lidar com os desafios geográficos e que os serviços sejam ofertados de forma contínua e acessível. A criação de unidades de saúde indígenas, com profissionais capacitados e familiarizados com a cultura local, pode ser uma solução para melhorar a assistência. A competência cultural na assistência aos povos indígenas é uma ferramenta essencial para garantir o sucesso das intervenções em saúde, especialmente no que diz respeito à prevenção da obesidade. Para que os enfermeiros possam atender de forma adequada essas populações, é necessário um esforço contínuo de aprendizado sobre suas culturas e uma atitude de respeito e humildade no contato com seus saberes tradicionais. Somente assim, será possível promover a saúde de forma eficaz, respeitando a autonomia e a riqueza cultural dos povos indígenas (Langdon; Garnelo, 2012).

Capacitação e Empoderamento dos Profissionais de Saúde para o

Desenvolvimento de Habilidades e Atuação Política no Contexto da Saúde Indígena e Prevenção da Obesidade

A atuação dos profissionais de saúde junto aos povos indígenas exige não apenas conhecimento técnico sobre as condições de saúde prevalentes, como a obesidade, mas também sensibilidade cultural, capacidade de diálogo e competência política. Para que as intervenções de saúde sejam eficazes e respeitem a diversidade cultural dos povos indígenas, é fundamental capacitar os profissionais de saúde para desenvolver habilidades que vão além da prática clínica, incluindo o fortalecimento de sua atuação política, advocacia e gestão de saúde pública (Garnelo; Wright, 2001).

- A prevenção da obesidade em comunidades indígenas apresenta desafios que estão diretamente relacionados às mudanças alimentares, à perda de territórios e à vulnerabilidade social dessas populações. Por isso, os profissionais de saúde que atuam nesse contexto precisam estar preparados para desempenhar papéis que englobem tanto a promoção do autocuidado quanto à advocacia por políticas públicas que garantam os direitos à saúde e à preservação cultural desses povos (Langdon; Garnelo, 2012).

1. Capacitação Técnica e Cultural dos Profissionais de Saúde

A capacitação técnica é o primeiro passo para a atuação dos profissionais de saúde na prevenção da obesidade entre povos indígenas. Isso inclui o conhecimento sobre os determinantes sociais da saúde, as particularidades da transição nutricional que muitas comunidades indígenas enfrentam e os fatores de risco para a obesidade, como a mudança de hábitos alimentares e o sedentarismo (Silva et al., 2015).

Além disso, é fundamental que os profissionais de saúde desenvolvam uma abordagem culturalmente competente. Isso envolve o aprendizado sobre as tradições, crenças e práticas alimentares das comunidades indígenas, respeitando seus saberes tradicionais e promovendo a valorização de suas práticas de saúde (Cordeiro, Barra, Silva, 2020). A capacitação cultural pode ser promovida por meio de oficinas, formações e experiências de imersão nas comunidades, permitindo que os profissionais compreendam os contextos locais e adaptem suas intervenções à realidade indígena (Oliveira et al., 2015).

2. Empoderamento para a Atuação Política

A atuação dos profissionais de saúde não se limita ao cuidado individual ou coletivo. No contexto da saúde indígena, a capacidade de influência política é essencial para garantir que as políticas públicas sejam adequadas às necessidades dessas populações. Isso requer que os profissionais de saúde estejam empoderados para atuar como defensores dos direitos indígenas, tanto no âmbito da saúde quanto no da preservação cultural e territorial.

Utilização de Métodos de Educação Participativos e Dialógicos

A educação em saúde voltada para os povos indígenas deve ser participativa e construída com base no diálogo intercultural. A educação dialógica, proposta por Paulo Freire, é um modelo pedagógico que valoriza o conhecimento do educando, promovendo o aprendizado através da troca de saberes (Freire, 2005). Para os enfermeiros que atuam junto às comunidades indígenas, isso significa criar espaços de diálogo cujas práticas de saúde possam ser discutidas à luz dos conhecimentos tradicionais.

Por meio de rodas de conversa, oficinas e encontros comunitários, os enfermeiros podem ouvir as experiências e percepções dos indígenas sobre alimentação e saúde, ao mesmo tempo em que compartilham informações sobre os riscos da obesidade e sobre a importância de hábitos saudáveis. Essa troca de saberes possibilita a construção de soluções conjuntas, que têm maior chance de serem incorporadas pela comunidade e respeitadas em seu cotidiano (Luna et al., 2020).

Respeito às Línguas e Formas de Comunicação Tradicionais

A língua é um elemento essencial da identidade cultural dos povos indígenas. Para garantir que as mensagens de educação em saúde sejam compreendidas e aceitas, os enfermeiros precisam adaptar sua comunicação, levando em consideração as línguas faladas pelas comunidades. Em muitos casos, a educação em saúde pode ser feita por meio de tradutores ou mediadores culturais, que ajudam a transmitir as informações de maneira adequada e acessível.

Além disso, o modo como a informação é transmitida também deve respeitar as formas tradicionais de comunicação das comunidades. Muitos povos indígenas têm uma tradição oral forte, com histórias e ensinamentos passados por meio de narrativas. Aproveitar essas formas tradicionais, como contar histórias ou usar metáforas culturais, pode ser uma maneira eficaz de transmitir orientações sobre a prevenção da obesidade de forma que faça sentido para os membros da comunidade.

Adaptação das Ações Educativas aos Contextos Locais

Os programas de prevenção da obesidade devem ser adaptados às realidades e às práticas cotidianas de cada grupo indígena. Isso envolve considerar o acesso que essas comunidades têm aos alimentos saudáveis, as formas de produção e coleta de alimentos e a disponibilidade de recursos para a prática de atividades físicas.

Em vez de impor recomendações que não se ajustam às condições locais, os enfermeiros devem trabalhar em conjunto com as lideranças e membros da comunidade para desenvolver soluções viáveis e culturalmente apropriadas. Por

exemplo, incentivar a prática de atividades físicas pode envolver a valorização de práticas tradicionais como danças, jogos e outras atividades que são culturalmente relevantes, em vez de sugerir atividades físicas ocidentais que não fazem parte do cotidiano indígena (Ahmadpour, Turrini, Camargo-Plazas, 2023).

Sensibilidade às Questões de Autonomia e de Soberania Alimentar

A questão da obesidade nos povos indígenas também está relacionada à soberania alimentar, ou seja, ao direito das comunidades de controlar a produção, distribuição e consumo de seus próprios alimentos. Muitos povos indígenas enfrentam dificuldades para manter suas tradições alimentares devido à perda de territórios, ao impacto de políticas públicas inadequadas e à introdução de alimentos industrializados nas aldeias.

Os enfermeiros devem ter sensibilidade para compreender esses aspectos e apoiar iniciativas de fortalecimento da soberania alimentar, como projetos de hortas comunitárias, resgate de cultivos tradicionais e incentivo à coleta e consumo de alimentos locais. Essas ações podem ser uma maneira eficaz de prevenir a obesidade ao mesmo tempo em que preservam a cultura alimentar indígena e promovem a autonomia das comunidades.

O respeito às particularidades culturais é essencial para o sucesso das ações de prevenção da obesidade entre os povos indígenas. Os enfermeiros que atuam junto a essas comunidades devem adotar uma abordagem sensível, que valorize os saberes tradicionais, promova o diálogo intercultural e adapte as orientações de saúde às realidades locais. Ao reconhecer e respeitar as práticas e crenças culturais, os profissionais de saúde podem estabelecer um vínculo de confiança com as comunidades indígenas, facilitando a implementação de práticas preventivas eficazes e culturalmente apropriadas (Langdon; Garnelo, 2006).

Uso de Tecnologia para Sustentar Práticas Tradicionais na Prevenção da Obesidade entre Povos Indígenas

O uso de tecnologias tem se mostrado uma ferramenta poderosa na promoção da saúde e na prevenção de doenças, como a obesidade, especialmente entre os povos indígenas. No entanto, para que as tecnologias sejam eficazes, elas precisam ser integradas de maneira que respeitem e fortaleçam as práticas tradicionais de cada comunidade. A combinação entre o saber tecnológico e o conhecimento tradicional indígena pode oferecer soluções inovadoras para promover a saúde de forma culturalmente sensível e sustentável (Diehl; Langdon, 2012).

A obesidade é um problema de saúde em crescimento entre os povos indígenas, resultando em grande parte da transição nutricional, causada pela introdução de alimentos ultraprocessados e pela redução da prática de atividades físicas tradicionais. Nesse contexto, as tecnologias podem ser aliadas para a promoção de práticas saudáveis, desde que sejam utilizadas para apoiar e reforçar os costumes culturais, como a preservação de hábitos alimentares tradicionais e a promoção de atividades físicas típicas (Garnelo, 2013).

Apoio Tecnológico para Preservação e Divulgação dos Saberes Tradicionais

As ferramentas tecnológicas, como aplicativos móveis, plataformas de vídeos e redes sociais, podem ser utilizadas para registrar, preservar e compartilhar os saberes tradicionais indígenas relacionados à alimentação, cultivo de alimentos nativos e práticas de vida saudável. Enfermeiros e outros profissionais de saúde podem colaborar com os líderes comunitários e os mais velhos para documentar receitas tradicionais, modos de preparo de alimentos saudáveis, bem como a coleta de plantas e de ervas medicinais que fazem parte da dieta indígena (Taveira, Scherer, Diehl, 2020).

Esses recursos digitais podem ser disseminados entre os membros da comunidade indígena, especialmente entre os jovens, que muitas vezes têm maior acesso a tecnologias como smartphones. O uso de vídeos, áudios ou mesmo aplicativos em línguas indígenas ajuda a promover a educação em saúde, resgatando práticas alimentares que são mais saudáveis e tradicionais. Além disso, tais ferramentas podem permitir a troca de conhecimento entre diferentes comunidades indígenas, fortalecendo a valorização dos seus próprios costumes alimentares.

Aplicativos de Monitoramento de Saúde Culturamente Adaptados

A utilização de aplicativos de monitoramento de saúde, como aqueles que acompanham o peso, a dieta e os níveis de atividade física, pode ser uma maneira eficaz de prevenir a obesidade, desde que adaptados à realidade e ao contexto cultural das comunidades indígenas. Esses aplicativos podem ser desenvolvidos ou customizados para incluir atividades físicas tradicionais, como caminhadas em áreas florestais, danças culturais e jogos típicos, incentivando as práticas físicas que já fazem parte do cotidiano dessas populações.

Além disso, os aplicativos podem incluir sugestões de alimentos nativos e modos de preparo saudáveis, baseados nas tradições indígenas, ao invés de recomendar exclusivamente dietas ocidentais. Essa adaptação tecnológica pode reforçar a soberania alimentar dos povos indígenas, ao incentivar o consumo de alimentos locais e naturais em vez de alimentos industrializados que contribuem para o aumento da obesidade.

Telemedicina e Telessaúde para Acompanhamento de Comunidades Indígenas

A telemedicina e a telessaúde têm se destacado como importantes ferramentas para melhorar o acesso à assistência de saúde em áreas remotas, onde muitas comunidades indígenas vivem. Essas tecnologias podem ser utilizadas para promover o acompanhamento contínuo de condições relacionadas à obesidade, como hipertensão e diabetes, permitindo que enfermeiros e outros profissionais de saúde acompanhem os pacientes à distância (Taveira, Scherer, Diehl, 2020).

Além disso, a telessaúde pode facilitar o acesso a informações de qualidade e atualizadas sobre alimentação saudável e controle de peso, que podem ser transmitidas em consultas online, palestras virtuais e campanhas de educação em saúde. O uso dessas tecnologias pode ser combinado com programas de saúde que respeitem e valorizem as práticas de autocuidado tradicionais, estabelecendo um equilíbrio entre o saber técnico-científico e o saber ancestral.

Tecnologias para Mapear e Proteger Recursos Alimentares Tradicionais

Uma abordagem inovadora no uso de tecnologias para sustentar práticas tradicionais está na aplicação de ferramentas como mapeamento por GPS, drones e plataformas de geolocalização para proteger os territórios indígenas e seus recursos alimentares. Esses recursos tecnológicos podem ser usados para monitorar áreas de cultivo, identificar a presença de alimentos nativos e proteger fontes de água e terras férteis, essenciais para a produção de alimentos saudáveis.

A tecnologia pode ser uma aliada na luta pela preservação dos territórios indígenas, que são fundamentais para a manutenção de uma alimentação saudável e tradicional. Por exemplo, drones podem ser usados para monitorar o desmatamento ilegal ou a degradação ambiental que afeta diretamente a disponibilidade de alimentos saudáveis nas aldeias. Essas práticas tecnológicas, quando combinadas com o conhecimento tradicional, ajudam a garantir a soberania alimentar e a prevenir a obesidade, ao promover o acesso contínuo a alimentos locais (Taveira, Scherer, Diehl, 2020).

Integração entre Saúde e Educação através de Mídias Digitais

A disseminação de informações sobre prevenção da obesidade e promoção da saúde também pode ser feita por meio de campanhas educativas em mídias digitais, incluindo vídeos educativos, podcasts em línguas indígenas e infográficos adaptados à realidade cultural das comunidades. As mídias digitais podem ser uma ferramenta poderosa para alcançar os jovens indígenas, que muitas vezes são mais expostos às mídias sociais e à internet.

Essas campanhas podem promover não só a prevenção da obesidade, mas também o resgate de práticas culturais ligadas à alimentação e ao exercício físico. A produção de conteúdos que valorizam a cultura indígena, como vídeos mostrando receitas tradicionais, entrevistas com líderes indígenas sobre a importância da alimentação nativa e atividades físicas culturais, pode ser uma maneira de fortalecer a identidade indígena e, ao mesmo tempo, promover a saúde (Coimbra Jr; Santos; Welch, 2013).

O uso de tecnologias na prevenção da obesidade entre os povos indígenas deve ser sempre orientado pelo respeito às particularidades culturais e pela valorização dos saberes tradicionais (Taveira, Scherer, Diehl, 2020). Ao integrar a tecnologia de forma colaborativa com as comunidades indígenas, os enfermeiros podem promover ações de saúde que reforçam a identidade cultural e sustentam práticas alimentares e físicas saudáveis. O uso inteligente e sensível das tecnologias ajuda a garantir que as ações de saúde sejam eficazes, acessíveis e culturalmente apropriadas, promovendo uma abordagem de saúde integral e respeitosa (Sousa; Scopinho, 2018).

Diálogo e Troca de Conhecimentos na Prevenção da Obesidade entre Povos Indígenas

O diálogo intercultural entre profissionais de saúde, como os enfermeiros e as comunidades indígenas é fundamental para o sucesso das ações de prevenção da obesidade. Esse processo de troca de conhecimentos valoriza tanto o saber biomédico quanto o saber tradicional indígena, permitindo a construção de uma abordagem de saúde que respeite e incorpore as práticas culturais de cada povo. Para que essas ações sejam eficazes, é necessário que os enfermeiros reconheçam a importância das tradições alimentares e da cosmovisão indígena em relação ao corpo, saúde e alimentação, promovendo um diálogo respeitoso e colaborativo (Langdon; Garnelo, 2006).

O diálogo também facilita o desenvolvimento de práticas de saúde mais apropriadas ao contexto local. Enfermeiros que atuam em áreas indígenas devem ouvir e compreender as necessidades e preocupações das comunidades sobre a obesidade, além de respeitar as crenças e os hábitos alimentares que fazem parte de sua cultura. A troca de informações entre o conhecimento científico e o saber local ajuda a adaptar as orientações de saúde, como a promoção de uma alimentação saudável, para que sejam mais bem aceitas e aplicáveis à realidade indígena (Garnelo, 2003).

A comunicação deve ser bidirecional e participativa. Isso significa que os enfermeiros não devem apenas fornecer orientações, mas também aprender com os membros da comunidade sobre suas práticas tradicionais de alimentação e atividade física. Essa troca pode ser feita por meio de rodas de conversa, na qual todos têm a oportunidade de compartilhar seus conhecimentos e experiências, fortalecendo a confiança e promovendo uma ação conjunta em prol da saúde (Brito, 2010).

A integração dos saberes indígenas com as práticas de saúde ocidentais é uma maneira de enriquecer as estratégias de prevenção da obesidade, respeitando as particularidades culturais. Por exemplo, ao conhecer as plantas e os alimentos tradicionais usados pelos indígenas, os profissionais de saúde podem incentivar seu uso dentro de uma dieta balanceada, ao invés de substituir esses elementos por alimentos industrializados, que são mais prejudiciais à saúde (Coimbra Jr. et al., 2013).

Finalmente, o diálogo entre enfermeiros e lideranças comunitárias é crucial para garantir que as estratégias de prevenção da obesidade sejam sustentáveis e culturalmente apropriadas. A inclusão das lideranças indígenas nas discussões e decisões de saúde fortalece o protagonismo das comunidades, garantindo que as ações de saúde sejam adaptadas e respeitem as prioridades e o modo de vida indígena (Diehl; Langdon, 2012).

Estratégias para o Diálogo e Troca de Conhecimentos na Prevenção da Obesidade entre Povos Indígenas

Para que o diálogo e a troca de conhecimentos entre enfermeiros e povos indígenas sejam eficazes na prevenção da obesidade, é fundamental que as ações de saúde sejam construídas com base na interculturalidade, respeitando as práticas tradicionais e as crenças locais. Uma estratégia importante é a criação de espaços de escuta, como rodas de conversa, onde os profissionais de saúde podem ouvir as percepções da comunidade sobre alimentação, saúde e obesidade. Essas rodas de conversa facilitam a construção conjunta de soluções, promovendo um diálogo horizontal e colaborativo (Pereira et al., 2014; Garnelo; Pontes, 2012).

Outra estratégia essencial é a mediação cultural. O envolvimento de mediadores ou agentes indígenas de saúde, que compreendem tanto a língua quanto a cultura da comunidade, pode facilitar a comunicação entre enfermeiros e indígenas. Esses mediadores atuam como pontes, ajudando a traduzir conceitos biomédicos para a realidade cultural indígena e vice-versa, garantindo que as orientações de saúde sejam culturalmente sensíveis e compreendidas por todos (Diehl; Langdon, 2012).

A **adaptação dos materiais educativos à realidade cultural** das comunidades também é uma estratégia importante. Para que as mensagens de prevenção da obesidade sejam bem recebidas, os materiais devem ser elaborados em línguas indígenas, utilizando imagens, símbolos e histórias que façam sentido para as populações locais. Essa estratégia não só facilita a compreensão, como também valoriza a cultura indígena, reforçando a identidade coletiva e o compromisso com as práticas de saúde (Langdon; Garnelo, 2006).

A **formação contínua dos profissionais de saúde** em competências interculturais é igualmente relevante. Os enfermeiros precisam estar preparados para lidar com a diversidade cultural e para atuar em um contexto no qual o saber científico e o saber tradicional coexistem (Diehl; Pellegrini, 2014). Programas de capacitação que incluam o estudo da cultura, história e sistemas de saúde indígenas contribuem para que os profissionais de saúde estejam mais aptos a dialogar e trocar conhecimentos de maneira respeitosa e eficaz (Garnelo et al., 2009).

Por fim, é necessário envolver as lideranças comunitárias no planejamento e execução das ações de saúde. As lideranças desempenham um papel crucial na organização social das comunidades e na transmissão de valores e práticas culturais. Ao estabelecer uma parceria com essas lideranças, os enfermeiros conseguem alinhar as ações de saúde com as prioridades e necessidades locais, garantindo uma maior adesão e sustentabilidade das práticas de prevenção da obesidade (Coimbra Jr. et al., 2013).

Oficinas de Alimentação Saudável e Sustentabilidade na Prevenção da Obesidade entre Povos Indígenas

As oficinas de alimentação saudável e sustentabilidade são uma estratégia importante para promover a prevenção da obesidade entre os povos indígenas, pois permitem a interação direta entre profissionais de saúde e as comunidades (Menezes et al., 2024). Essas oficinas devem ser adaptadas à realidade local e respeitar os costumes e saberes tradicionais, com foco na utilização de alimentos nativos, como frutas, tubérculos e plantas comestíveis, que têm um valor nutricional significativo e fazem parte da alimentação tradicional indígena (Cordeiro, Barra, Silva, 2020). O objetivo é reforçar a importância da manutenção de uma alimentação equilibrada e a utilização de alimentos locais, respeitando a soberania alimentar das comunidades (Garnelo, 2003).

Ao promover a alimentação saudável, as oficinas devem abordar não apenas o aspecto nutricional, mas também a sustentabilidade dos recursos alimentares (Menezes et al., 2024). Isso inclui práticas agrícolas e de manejo sustentável que respeitem os ciclos naturais e a biodiversidade local. Ensinar as comunidades sobre a importância de cultivar seus próprios alimentos, sem recorrer a alimentos ultraprocessados, contribui tanto para a saúde quanto para a preservação ambiental. A utilização de técnicas tradicionais de cultivo e o manejo sustentável dos recursos naturais, como a roça de coivara e o manejo florestal, são abordagens que podem ser resgatadas e integradas nas oficinas (Coimbra Jr. et al., 2013).

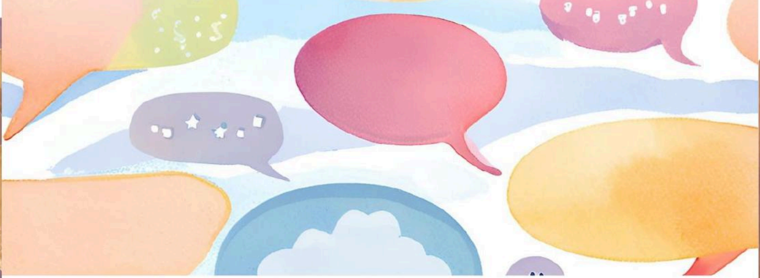
As oficinas devem ser espaços de aprendizado participativo, onde os membros da comunidade têm a oportunidade de compartilhar seus conhecimentos sobre alimentação, agricultura e uso de plantas medicinais. Esse ambiente colaborativo fortalece a confiança entre os profissionais de saúde e a comunidade indígena, além de incentivar a troca de saberes sobre práticas alimentares tradicionais que podem ser complementadas com novos conhecimentos sobre nutrição e prevenção de doenças. A integração do saber tradicional com o saber científico contribui para a elaboração de estratégias mais eficazes de prevenção da obesidade (Cordeiro, Barra, Silva, 2020).

Além disso, as oficinas podem ser uma oportunidade para fortalecer a capacidade das comunidades indígenas de gerenciar suas próprias ações de saúde e alimentação (Silva et al., 2015). A capacitação de líderes locais, como agentes de saúde indígenas, para que eles possam replicar o conhecimento adquirido nas oficinas, é essencial para garantir a continuidade das práticas saudáveis. Isso não só ajuda a aumentar a adesão aos hábitos alimentares saudáveis, mas também empodera as comunidades para que elas possam atuar de forma autônoma na promoção de sua saúde (Diehl; Langdon, 2012).

Por fim, a realização de oficinas de alimentação saudável também pode incluir atividades práticas, como o preparo de pratos típicos com enfoque em técnicas de cozinha que preservem os valores nutricionais dos alimentos (Silva et al., 2015). Essas atividades podem ser acompanhadas de discussões sobre os impactos negativos do consumo de alimentos industrializados e de baixo valor nutricional, fortalecendo o compromisso com a preservação da saúde por meio da alimentação sustentável e tradicional (Freire, 2005).

Barreiras de Comunicação e Adaptação Cultural na Prevenção da Obesidade entre Povos Indígenas

A comunicação eficaz é um dos maiores desafios na promoção da saúde entre os povos indígenas, especialmente no contexto da prevenção da obesidade. Muitas comunidades indígenas falam suas línguas nativas e não dominam totalmente o português, o que pode dificultar a transmissão clara de informações sobre hábitos alimentares saudáveis e a importância da prevenção da obesidade (Faustino et al., 2007). Além disso, existem diferenças culturais significativas que influenciam a forma como as mensagens são recebidas e interpretadas. Para superar essas barreiras, é fundamental que os enfermeiros se adaptem ao contexto cultural local, utilizando estratégias de comunicação que considerem as especificidades linguísticas e culturais da população indígena. O uso de intérpretes ou mediadores culturais, que possam traduzir as informações de maneira compreensível e respeitosa, é uma abordagem recomendada (Garnelo, 2003).



Além das barreiras linguísticas, as diferentes cosmovisões e crenças relacionadas à saúde e ao corpo também representam obstáculos na comunicação (Faustino et al., 2007). Muitos povos indígenas têm uma visão holística da saúde, onde o corpo, a mente e o espírito estão interligados, e as doenças podem ser vistas não apenas como condições físicas, mas também espirituais ou sociais. Isso implica que o conceito ocidental de obesidade, focado exclusivamente em fatores biomédicos, pode não ser compreendido de maneira imediata. Portanto, é crucial que os enfermeiros abordem a obesidade de forma que considere essas crenças, usando uma linguagem que integre o saber tradicional indígena com os conhecimentos científicos, para que as comunidades possam se apropriar das informações de maneira significativa (Langdon; Garnelo, 2006).

A adaptação cultural também deve ser observada na forma como as práticas alimentares e de vida saudável são apresentadas. Muitos alimentos considerados saudáveis pela Medicina ocidental podem não estar presentes ou serem pouco valorizados nas comunidades indígenas, que podem ter dietas baseadas em alimentos nativos, como raízes, frutas e peixes locais. Impor dietas ou práticas alimentares que não levem em conta a realidade indígena pode resultar em resistência e falta de adesão. É importante que os enfermeiros trabalhem com as comunidades para identificar alimentos locais que sejam nutricionalmente adequados e que se alinhem com os hábitos alimentares tradicionais. A promoção de uma alimentação saudável deve, portanto, respeitar a disponibilidade de

recursos e os conhecimentos alimentares das comunidades, para que as estratégias sejam culturalmente apropriadas (Coimbra Jr. et al., 2013).

A capacitação dos enfermeiros também é fundamental para a superação das barreiras culturais e de comunicação. Profissionais bem-preparados, com conhecimento sobre a diversidade cultural, as crenças e os valores dos povos indígenas, são mais capazes de estabelecer um diálogo respeitoso e eficaz. Programas de formação continuada, que incluam a compreensão das especificidades culturais das populações indígenas e o desenvolvimento de habilidades para lidar com questões interculturais, são essenciais para que os enfermeiros possam atuar de maneira competente e sensível às necessidades da comunidade (Diehl; Langdon, 2012).

Por fim, a construção de um relacionamento de confiança entre enfermeiros e as lideranças indígenas é uma estratégia eficaz para superar as barreiras de comunicação. Quando as lideranças comunitárias estão envolvidas nas discussões e decisões relacionadas à saúde, elas podem ajudar a promover a adesão das populações às intervenções de prevenção da obesidade, além de facilitar o entendimento das mensagens de saúde. O apoio das lideranças é fundamental para garantir que a comunicação seja não apenas eficaz, mas também culturalmente adequada e bem aceita pela comunidade (Freire, 2005).

Limitações Estruturais e Políticas na Prevenção da Obesidade entre Povos Indígenas

As limitações estruturais e políticas representam desafios significativos para a implementação de ações de saúde eficazes na prevenção da obesidade entre os povos indígenas. Muitas comunidades indígenas vivem em áreas remotas e de difícil acesso, o que dificulta o atendimento regular e contínuo dos profissionais de saúde (Oliveira, Aquino, Monteiro, 2012). A infraestrutura de saúde nas terras indígenas ainda é precária em muitas regiões, com falta de unidades de saúde adequadas, equipamentos modernos e medicamentos essenciais. Essas condições estruturais limitam a capacidade de realizar intervenções eficientes, como a educação alimentar e o monitoramento de condições como a obesidade, além de restringir o acesso das comunidades a cuidados preventivos de qualidade (Garnelo, 2003).

Além disso, a falta de políticas públicas adequadas e direcionadas para a saúde indígena é uma das principais limitações para o enfrentamento da obesidade nas comunidades. Embora existam avanços nas políticas de saúde para povos indígenas, como a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI), muitas dessas políticas ainda não são suficientemente implementadas, ou não consideram de forma eficaz as especificidades culturais, geográficas e

socioeconômicas das comunidades indígenas. A ausência de políticas integradas e que envolvam tanto a prevenção quanto o tratamento da obesidade, dentro de um contexto culturalmente apropriado, impede que as estratégias de saúde sejam eficazes na promoção de hábitos alimentares saudáveis (Diehl; Langdon, 2012).

Outro desafio é a escassez de recursos humanos especializados. A escassez de enfermeiros, nutricionistas, médicos e outros profissionais da saúde que compreendam as realidades culturais e as necessidades específicas das comunidades indígenas agrava o cenário (Pereira et al., 2014). A falta de capacitação dos profissionais de saúde para lidar com as questões culturais e de saúde específicas dos povos indígenas contribui para a implementação deficiente das políticas de saúde, limitando a efetividade das intervenções. A formação de profissionais da saúde com uma visão intercultural e habilidades para trabalhar de forma colaborativa com as comunidades indígenas é uma necessidade urgente (Langdon; Garnelo, 2006).

A limitação política também se reflete na pouca participação das lideranças indígenas na formulação e implementação de políticas de saúde. Quando as comunidades não são ouvidas ou incluídas nas decisões que afetam sua saúde, as políticas muitas vezes se tornam distantes das necessidades reais da população. As lideranças indígenas desempenham um papel fundamental na mobilização comunitária e na promoção de ações de saúde, e sua inclusão nos processos decisórios é essencial para garantir que as políticas de prevenção da obesidade sejam culturalmente relevantes e eficazes. Sem a colaboração das lideranças locais, as intervenções tendem a ser descontextualizadas, e a adesão a elas é reduzida (Coimbra Jr. et al., 2013).

Além das limitações internas, a falta de uma coordenação eficaz entre as esferas federal, estadual e municipal pode dificultar a implementação de programas de saúde integrados e sustentáveis. A descentralização da gestão de saúde pode gerar lacunas na continuidade do atendimento, principalmente em áreas mais afastadas. Para garantir o sucesso das políticas de prevenção da obesidade, é fundamental que haja uma integração mais efetiva entre as diferentes instâncias de gestão, visando o fortalecimento das ações de saúde nas terras indígenas e a promoção de ambientes mais saudáveis para as populações indígenas (Freire, 2005).

REFERÊNCIAS

BOARETTO, J. D. Estado nutricional de indígenas Kaingang e Guarani no estado do Paraná, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva,** v. 20, n. 8, p. 2323-2328, 2015. Disponível em: https://www.scielosp.org/article/csc/2015.v20n8/2323-2328/#.

CARDOSO, A. M.; GARNELO, L. Agentes Indígenas de Saúde: Entre práticas tradicionais e biomedicina. **Saúde e Sociedade**, v. 30, n. 2, p. 1-13, 2021.

CARNEIRO, F. F. et al. Soberania alimentar e povos indígenas: um caminho para a promoção da saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 11, 2020.

CASTRO, F.; FISHER, S. Cultural Competency in Health Care: Emerging Frameworks and Practical Approaches. **Health Policy Institute**, The Commonwealth Fund, 2006.

COIMBRA JR, C. E. A.; SANTOS, R. V.; ESCOBAR, A. L. Saúde dos povos indígenas no Brasil: perspectivas e desafios para o século XXI. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 19, n. 4, p. 1273-1280, 2003.

COIMBRA JR, C. E. A.; SANTOS, R. V.; WELCH, J. R. **Mudanças nos padrões de saúde e doença entre povos indígenas.** In: Povos Indígenas no Brasil: 2006/2010. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2013.

DIEHL, E. E.; LANGDON, E. J. Interculturalidade e os desafios para a atenção diferenciada nas terras indígenas do Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 12, p. 3041-3049, 2012.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 50ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GARNELO, L. Saúde indígena: Uma introdução ao debate sobre desigualdades e vulnerabilidades. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, n. 7, p. 2585-2592, 2019.

GARNELO, L. Saúde indígena: uma introdução ao debate sobre as políticas de saúde. **Revista Tempus Actas de Saúde Coletiva**, v. 7, n. 3, p. 109-125, 2013.

GARNELO, L. Os desafios da articulação entre saberes biomédicos e indígenas no contexto da assistência diferenciada. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 19, n. 6, p. 1565-1573, 2003.

GARNELO, L.; PONTES, A. L. M. Saúde indígena: uma introdução ao debate sobre os princípios de atenção diferenciada. **Revista Tempus Actas de Saúde Coletiva**, v. 6, n. 2, p. 11-33, 2012.

GARNELO, L.; PONTES, A. L. M. Saúde indígena: uma introdução ao tema. **Saúde e Sociedade**, v. 21, n. 4, p. 773-788, 2012.

GARNELO, L.; WRIGHT, R. Permanência e transformação: práticas e saberes tradicionais e o Sistema Único de Saúde (SUS) nas comunidades indígenas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 6, n. 2, p. 223-231, 2001.

HORTA, B. L.; SANTOS, R. V.; WELCH, J. R.; CARDOSO, A. M.; COIMBRA JR, C. E. A. Nutrição e saúde dos povos indígenas brasileiros: um estudo a partir de inquéritos nacionais. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 29, n. 8, p. 1523-1535, 2013.

LANGDON, E. J.; GARNELO, L. Articulação entre medicina tradicional indígena e biomedicina: reflexões a partir do contexto amazônico brasileiro. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, v. 15, n. 1, p. 33-44, 2015.

LANGDON, E. J.; GARNELO, L. A política de atenção à saúde dos povos indígenas e a questão da interculturalidade. **Revista de Antropologia**, v. 49, n. 2, p. 653-681, 2006.

LANGDON, E. J.; DIEHL, E. E. Participação e controle social: perspectivas de práticas de saúde em comunidades indígenas no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 23, n. 7, p. 1649-1655, 2007.

MALTA, D. C. et al. A transição nutricional e os comportamentos de risco relacionados à alimentação, atividade física e uso de substâncias entre indígenas. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 20, n. 1, p. 14-25, 2017.

MALTA, D. C., SILVA JUNIOR, J. B. Obesidade e políticas públicas: o que temos e o que precisamos. **Revista de Saúde Pública**, v. 48, n. 5, p. 785-789, 2014.

MELLO, M. A. C.; SÁ, L. A. Os desafios da segurança alimentar entre povos indígenas na Amazônia. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v. 14, n. 2, p. 190-207, 2020.

MOURA, P. G. DE.; BATISTA, L. R. V.; MOREIRA, E. A. M. População indígena: uma reflexão sobre a influência da civilização urbana no estado nutricional e na saúde bucal. **Revista de Nutrição**, v. 23, n. 3, p. 459–465, maio 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rn/a/h4CvCFCDWCZwP7kvBc349tq/#

OLIVEIRA, A. T., LIMA, J. P.; GOMES, F. M. Desafios para a promoção de hábitos saudáveis entre povos indígenas no Brasil. **Revista de Saúde Pública**, v. 54, n. 23, p. 1-10, 2020.

OLIVEIRA, G. F.; OLIVEIRA, T. R. R.; RODRIGUES, F. F. L., et al. Prevalência de sobrepeso e obesidade em indígenas adultos no Brasil: resultados

da primeira pesquisa nacional de saúde e nutrição indígena. **Cadernos de Saúde Pública,** v. 31, n. 8, p. 1631-1643, 2015.

SANTOS, R. V.; COIMBRA JR., C. E. A. A saúde dos povos indígenas no Brasil frente à COVID-19. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, n. 9, p. 3679-3686, 2019.

SOUSA, M. S. F.; SCOPINHO, R. A. Obesidade entre os povos indígenas: um novo desafio para a saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 34, n. 6, e00147117, 2018.